

## **Sessão de Abertura da 62ª AGNU**

**Discurso de Sua Excelência o Primeiro Ministro José Sócrates**

**25.Setembro.2007**

Tenho a honra de me dirigir a esta Assembleia-Geral em nome da União Europeia.

Senhor Presidente,

1. Desejo-lhe as maiores felicidades no mandato que agora inicia. Contará com o firme apoio da União Europeia ao longo desta Assembleia-Geral, na certeza que dará a melhor continuidade ao excelente trabalho desenvolvido pela sua antecessora, a senhora Haya Al-Khalifa, que aqui saúdo. Sendo também esta a primeira Assembleia-Geral desde a tomada de posse do nosso novo Secretário-Geral, Sr. Ban Ki-moon, aproveito a ocasião para, em nome da

UE, lhe renovar o nosso sólido apoio na liderança das Nações Unidas.

2. Num mundo globalizado e interdependente, só instituições multilaterais fortes podem promover os valores fundamentais da paz, da democracia, dos Direitos Humanos e do desenvolvimento.

Fiel aos ideais que presidiram à criação das Nações Unidas, a UE acredita que só com uma Organização forte e coesa poderemos aspirar a um mundo mais seguro, mais justo e mais desenvolvido.

3. Por isso defendemos o primado das Nações Unidas na manutenção da paz e segurança, enquanto alicerce e ponto de convergência de vontades comuns e dos nossos esforços conjuntos. Por isso adoptámos o multilateralismo

efectivo e uma ordem internacional baseada no Direito como objectivo da Estratégia Europeia de Segurança.

4. Se há ensinamento que a passagem para o século XXI nos trouxe foi o de que os desafios globais exigem respostas globais, e exigem um multilateralismo efectivo, que se joga aqui, nas Nações Unidas e com as Nações Unidas. E isso só é possível se todos nós depositarmos nesta estrutura a confiança e a vontade política que lhe permita agir na cena internacional com eficácia e determinação.

5. Umas Nações Unidas à altura dos princípios que presidiram à sua criação, capaz de se adaptar aos desafios e às suas responsabilidades crescentes.

Umas Nações Unidas onde todos os actores internacionais contribuam com os meios para se fazer cumprir a missão

permanente de cooperação internacional para um desenvolvimento económico e social sustentável.

Umhas Nações Unidas capazes de fazer face às crises que põem em causa a paz e a segurança internacionais.

6. O compromisso que gostaria de vos deixar aqui hoje, em nome da União Europeia, é o de que podem contar connosco para tornar esse multilateralismo efectivo uma realidade.

Senhoras e senhores,

7. Começo por aquele que é sem dúvida um dos maiores desígnios que nos fixámos até hoje, aqui, nas Nações Unidas. O de cumprir os objectivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e contribuir para um desenvolvimento sustentável que integre as componentes

social, económica e ambiental e, sobretudo, que integre todos os países aqui reunidos nesta Assembleia-Geral.

8. Por mais exigentes que sejam estes Objectivos, isso não nos deve desencorajar. Deve sim fazer-nos acelerar e tornar mais eficazes as nossas acções: na erradicação da pobreza e na construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento capaz de coordenar – também através de um melhor financiamento, esforços e recursos fragmentados em acções unilaterais. Na promoção da educação e de níveis de saúde dignos, no combate às alterações climáticas.

9. Neste contexto, não posso deixar de referir aquele que é um objectivo assumido da União Europeia: a adopção de uma estratégia conjunta UE-África a endossar pela II

Cimeira UE-África, que se realizará em Lisboa em Dezembro próximo. Refiro-o porque julgo ser um sinal claro dos nossos tempos: uma estratégia concebida entre os Africanos e os Europeus, que reflecte o nosso compromisso para com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e é coerente com a acção das instituições multilaterais em ambos os continentes. Uma estratégia abrangente e ambiciosa, que espelha os progressos da cooperação euro-africana nas mais diversas áreas e eleva as metas a atingir através de respostas comuns aos desafios, também comuns, que os dois continentes atravessam.

10. As alterações climáticas são um dos maiores desafios globais que a Humanidade enfrenta e ameaçam a nossa prosperidade e prejudicarão a nossa capacidade de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A resposta

tem que ser, também ela, global e colectiva. Tal como enunciava o tema a que se subordinou o evento que o Secretário-Geral em boa hora aqui promoveu, «o futuro está nas nossas mãos». Apenas com vontade política e acção urgente e determinada conseguiremos responder com sucesso a este desafio.

11. Os resultados deste Evento de Alto Nível sobre Alterações Climáticas, em que tive o prazer de participar, são encorajadores. O Desenvolvimento Sustentável deve andar de mãos dadas com a redução de emissões – trata-se de uma responsabilidade por todos partilhada. Com esta iniciativa damos um importante contributo para a definição de um acordo global sobre o regime climático pós-2012. Deveríamos acordar em iniciar negociações sobre esse mesmo regime na Conferência de Bali em

Dezembro, na qual a UE se empenhará na procura de um ambicioso consenso.

12. Mas, mais importante ainda, precisamos do contributo de todos.

A UE já assumiu unilateralmente o compromisso de reduzir em pelo menos 20% as suas emissões de Gases com Efeito de Estufa. Mas queremos ir mais longe. Estamos por isso disponíveis para, no quadro de um acordo global sobre o futuro regime climático, alargar este compromisso até 30%. Reitero assim o nosso apelo para que, até 2050, as emissões globais sejam reduzidas em pelo menos 50%, comparativamente a 1990.

13. Teremos de limitar as alterações climáticas, mas também de nos adaptar aos seus efeitos, nomeadamente repensando o nosso modelo de desenvolvimento, à luz de

dois outros pólos da equação para o desenvolvimento sustentável: a energia e a inovação.

14. Precisamos de uma política energética mais responsável a nível mundial. Por isso, na UE, desenvolvemos uma Política Integrada de Energia e Clima que promove a sustentabilidade ambiental, e apoiamos o “processo de Heiligendamn” para intensificar e desenvolver a cooperação internacional nestas áreas. E precisamos também de desenvolver tecnologias inovadoras para explorarmos novas fontes de energia e aumentar a nossa eficiência energética.

15. No que diz respeito à reforma do quadro institucional das actividades de ambiente das Nações Unidas, a UE acredita decididamente que é necessária uma reforma

ambiciosa para atingir uma verdadeira mudança. Neste contexto, a UE e outros procuram promover a transformação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente a uma agência especializada, numa Organização das Nações Unidas para Ambiente (UNEO). O processo para o estabelecimento de uma UNEO far-se-ia utilizando processos, estruturas e sistemas existentes e deve ser acompanhado por uma estratégia mais abrangente para o reforço da Governação Internacional na área do Ambiente.

16. Desenvolvimento sustentável implica também o respeito, a protecção e a consagração dos Direitos Humanos em todo o mundo, que consideramos cruciais e que se devem manter no coração de todas as actividades sectoriais das Nações Unidas, por forma a reforçar a promoção e divulgação dos Direitos Humanos no sistema das Nações Unidas. A abordagem baseada nos Direitos

Humanos acordada no *UN Common Understanding* de 2003 foi um primeiro passo importante para assegurar este objectivo.

17. A 3ª Comissão da Assembleia-Geral deve continuar a desempenhar um papel central na promoção e protecção dos Direitos Humanos a nível mundial. Como no passado, a UE envidará esforços para assegurar o sucesso da próxima sessão desta Comissão.

18. Terminado já o processo de construção institucional do Conselho de Direitos Humanos, se todos continuarmos a trabalhar em conjunto, este órgão tem potencial para estar à altura das expectativas que rodearam a sua criação, permitindo uma acção mais forte e dinâmica das Nações Unidas nesta área. Compete agora aos seus membros,

todos os outros Estados e partes interessadas, trabalhar para a concretização deste objectivo.

19. A UE está firmemente empenhada em ampliar e reforçar o trabalho realizado pelas Nações Unidas **na área dos Direitos Humanos**, através de uma cooperação acrescida com os mecanismos especiais. Destacamos aqui a importância da promoção e protecção dos Direitos das Crianças, num ano em que se celebra o 18º aniversário da Convenção da ONU sobre Direitos da Criança e em que teremos, durante esta Assembleia-Geral, o seguimento da Sessão Especial sobre Crianças de 2002.

20. A União Europeia expressa a sua solidariedade com o povo de Myanmar e exorta as autoridades a respeitarem os direitos humanos e, especialmente, a que não exerçam qualquer forma de violência sobre os cidadãos que se

manifestam pacificamente. E que aproveitem a oportunidade para promover um genuíno processo de reconciliação política.

21. Gostaria ainda de reafirmar a nossa oposição, de longa data, à pena de morte, e reiteramos aqui uma vez mais o apelo à sua completa abolição a nível mundial. Nesse sentido, a UE assumiu o compromisso de, conjuntamente com países de todas as regiões, ser co-autora de um projecto de resolução “sobre uma moratória universal e a abolição da pena de morte”

22. A UE está especialmente empenhada na promoção da implementação e cumprimento do Direito Internacional Humanitário. Urge incrementar a cooperação entre todos os actores relevantes, incluindo o ACNUR, o Movimento Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho,

OIM, ONGs e autoridades nacionais com vista a combater o número de ataques contra populações civis e pessoal humanitário no terreno.

Senhoras e senhores,

23. O multilateralismo efectivo passa ainda por uma resposta concertada às ameaças cada vez mais variadas à paz e à segurança internacionais.

Sempre que Estados e organizações internacionais, regionais e sub-regionais, são capazes de uma resposta coordenada e colectiva a essas ameaças, os resultados são palpáveis. A cooperação entre a UE e a ONU tem vindo a intensificar-se nesta área, à medida também que nós próprios vamos desenvolvendo as nossas capacidades no âmbito da Política Europeia de Segurança e de Defesa.

24. Em África, e em conformidade com o conceito de *African ownership* (apropriação africana), continuaremos a valorizar o importante papel da União Africana como principal parceiro e actor incontornável na preservação da paz e segurança no continente. A UE continua a dar um forte apoio aos esforços da UA e das regiões africanas e à sua visão de longo prazo de uma Arquitectura Africana da Paz e Segurança. Os exemplos de cooperação, na República Democrática do Congo, na Somália e no próprio Sudão, devem servir de incentivo a novas iniciativas. A nossa acção concertada contribuirá para acelerar a tendência para a redução do número de conflitos em África.

25. Por isso acolhemos com satisfação a criação da UNAMID – operação de paz híbrida das Nações Unidas e da UA para o Darfur – para que, em conjunto, possamos

contribuir para a resolução política deste conflito com trágicas consequências humanitárias no Sudão e naquela região em geral. A fim de fazer face a tais consequências, a UE reafirma o seu apoio ao envio de uma presença multidimensional no Chade Oriental e no Norte da República Centro Africana e acolhe com expectativa a abertura de conversações sobre o Darfur, que ocorrerão na Líbia no dia 27 Outubro.

26. Mas a Paz e a segurança são também um desafio na Europa.

Entendemos, tal como o Senhor Secretário-Geral que o *status quo* no Kosovo não é sustentável.

Apoiamos e participamos activamente no esforço colectivo em curso da comunidade internacional, nomeadamente da Troika, para aproximar as partes e obter uma solução política abrangente, que conduza a um Kosovo

democrático e multi-étnico, e contribua para a consolidação da estabilidade e da prosperidade nos Balcãs. Apelamos para que ambas as partes se comprometam neste processo de uma forma construtiva e criativa. **A UE está preparada para desempenhar um papel de relevo na implementação do estatuto que vier a ser acordado.**

27. A reactivação do Processo de Paz do Médio Oriente continua a ser prioritária para a Comunidade Internacional. E temos que agir rápido: a porta está aberta, mas não permanecerá assim por muito tempo. Como membro do Quarteto, a União Europeia reitera o seu empenho em alcançar uma solução justa, global e duradoura para o conflito Israelo-Árabe, que passa necessariamente pela criação de um Estado palestino independente, democrático e viável, vivendo lado a lado em paz e em segurança com Israel.

28. A estabilização do Líbano contribuirá também para a estabilização do Médio Oriente. A solução para a actual crise política exige um especial empenho e diálogo por parte dos líderes libaneses e dos países da região. A UE não poupará esforços que contribuam para assegurar a soberania, independência, unidade e integridade territorial no país.

29. No que respeita ao Iraque, e na sequência da reunião do Grupo de Alto Nível que se realizou aqui no passado dia 22, reitero que a UE continuará a participar no esforço colectivo exigido por uma situação humanitária e de segurança extremamente precárias, e continuará a apoiar o Governo de Bagdad na implementação das medidas que contribuam para a estabilidade do país.

30. No mesmo sentido a UE mantém o seu apoio à promoção da paz, estabilidade e prosperidade no Afeganistão e na região. Com este objectivo, estamos presentes através de uma missão de polícia e, em conjunto com a UNAMA e outros actores relevantes, mantemos o nosso empenho em contribuir para a estabilização do Afeganistão. Nessa conformidade, a UE é um dos principais doadores neste país.

31. Estamos empenhados em salvaguardar, implementar e reforçar cada vez mais o quadro multilateral de desarmamento e não-proliferação, no combate às ameaças que tendem a escapar ao controlo das soberanias nacionais, aos desafios derivados da acumulação e proliferação das armas ligeiras e de pequeno calibre, do tráfico irresponsável e ilícito de armas, e da proliferação de armas de destruição massiva, que provocam novos e

crescentes focos de tensão internacional. Neste sentido, a UE acolhe com agrado o apoio crescente a nível mundial a favor de um Tratado Internacional de Comércio de Armas e está firmemente empenhada nesse processo.

32. Independentemente das suas motivações, formas e manifestações, todos os actos de terrorismo são criminosos e injustificáveis. O nosso combate ao terrorismo tem por isso que ser firme, fundado no Direito Internacional e no pleno respeito pelos Direitos Humanos e liberdades fundamentais, a protecção dos quais é instrumental na prevenção desta ameaça.

33. A adopção da Estratégia Global de Contra-Terrorismo pela Assembleia-Geral das Nações Unidas foi um feito significativo. Importa agora garantir a sua implementação, designadamente concluindo, o mais rapidamente possível,

um acordo sobre a Convenção Global de Contra-Terrorismo.

Mas a nossa acção multilateral no combate a este flagelo não se esgota aqui. A promoção da paz passa por uma cultura do diálogo. Só através dela ultrapassaremos tensões, preconceitos e, sobretudo, a ignorância de que o fenómeno se tem alimentado.

34. A Aliança das Civilizações, iniciativa importante e oportuna, só terá resultados se dermos passos firmes no reforço do diálogo entre povos, culturas e religiões. A UE apoia a nomeação do ex-Presidente Sampaio para o cargo de Alto Representante para a Aliança das Civilizações e acolhe com agrado o seu Plano de Acção. Aproveito ainda para louvar o empenho do Grupo de Amigos da Aliança das Civilizações, para o qual pedimos o apoio de todos.

Senhoras e senhores,

35. O comércio internacional tem sido ao longo dos séculos a principal ponte de aproximação entre povos e culturas. Por isso deixamos também aqui o apelo para que se alcance quanto antes um acordo na Ronda de Desenvolvimento de Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio. Este mês será absolutamente crucial para o DDA. Assim, é absolutamente vital que todos os seus principais Membros revelem um espírito construtivo de compromisso, bem como uma vontade genuína de aceitarem com um acordo equilibrado.

36. Para que a paz não se confunda com o período entre duas guerras, é preciso consolidá-la. Um dos mais recentes Estados-membros das Nações Unidas é disso exemplo. Falo de Timor-Leste, que graças ao forte empenho e investimento da comunidade internacional para consolidar

os alicerces da sua afirmação como Estado viável e de pleno direito, da sua democracia e do seu desenvolvimento, conseguiu realizar com sucesso as recentes eleições, as primeiras que organizou autonomamente. Continua a ser necessária a presença de todos os actores, para garantir a segurança e a estabilidade política, económica e social no país.

37. A resposta das NU à guerra não se pode por isso reduzir à manutenção da paz. Urge fazer da Comissão para a Consolidação da Paz um órgão activo e eficaz, um instrumento central da comunidade internacional na resposta aos desafios à consolidação da paz nas diversas regiões do mundo através de estratégias integradas de reconstrução, *institution-building*, desenvolvimento sustentável e investimentos a médio e longo prazo em Estados frágeis e em situação pós-conflito.

38. A paz depende também da nossa capacidade em assegurar que a justiça não conhece fronteiras e é com o maior empenho que defendemos o conceito de Responsabilidade de Proteger, porque entendemos que a soberania do indivíduo deve ser inatacável e tem de estar protegida pelos mecanismos internacionais. Apoiamos o Tribunal Penal Internacional e apelamos à ratificação universal do Estatuto de Roma. Lembramos a necessidade de cooperação com o Tribunal, pelos Estados Partes e não Estados Partes, quer em termos gerais quer no que respeita especificamente aos mandados de detenção.

Acreditamos e apoiamos as propostas do Secretário-Geral relativamente à promoção do Estado de Direito, nomeadamente a criação da Unidade para o Estado de Direito.

39. O sucesso a longo prazo de uma organização como as Nações Unidas depende da sua capacidade de resposta aos constantes e variáveis desafios e a novos actores internacionais, reformando-se, adaptando-se e renovando-se permanentemente. Neste contexto, e no seguimento do processo de reforma iniciado na Cimeira de 2005, é com agrado que acolhemos os relatórios do Painel de Alto Nível e do Secretário-Geral sobre a Coerência do Sistema das NU, cujo objectivo é o de fortalecer a sua capacidade nas áreas do desenvolvimento, assistência humanitária e ambiente. De realçar ainda que a UE atribui particular importância à igualdade de género e à promoção das mulheres como parte essencial da agenda do desenvolvimento. Neste contexto, a UE espera ver uma entidade e arquitectura de género reforçadas com capacidade de resposta para atender às mulheres e jovens

do sexo feminino aos níveis normativo, político e operacional.

40. Porque acreditamos, como queremos deixar bem claro, que a única resposta possível aos desafios dos nossos tempos passa pelo multilateralismo efectivo baseado no sistema das Nações Unidas, continuamos empenhados na reforma dos seus principais órgãos de modo a reforçar a representatividade, transparência e eficácia da Organização.

41. Do nosso ponto de vista é igualmente uma prioridade reforçar a gestão desta Organização. O seu orçamento, pago por todos os Estados-membros, deve reflectir as principais prioridades por todos aceites, bem como os princípios de boa gestão e disciplina orçamental que defendemos desde há muito.

Senhoras e senhores,

42. Para adaptarmos o nosso sistema internacional aos desafios que são hoje os nossos, precisamos de vontade política. Esta Assembleia e o Senhor Secretário-Geral contam com a UE para ajudar a traduzir essa vontade política em acções.

A resposta a estes desafios passa pelo multilateralismo activo e efectivo. E passa por todos nós, as Nações Unidas.